TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

3ª Reunião Ordinária do ano de 2022
(equivale à sexta reunião ordinária desde o início dos trabalhos)

Reunião de Análise da Estratégia – RAE

Comitê de Gestão Estratégica

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
08/08/2022	14h	Videoconferência

MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Tribunal de Justiça da Paraíba -TJPB
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo (ausente)	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto (ausente)	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Ney Robson Pereira de Medeiros	Diretor de Tecnologia da Informação do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB

PAUTA
1.Projetos 2021/2022: pontos fortes e pontos fracos; 2. Sugestões de melhoria para desenvolvimento de novos projetos; 3. Indicadores 2022; 4. Encaminhamentos.

DEBATES
Aos oito dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14 horas, reuniram-se, por videoconferência, os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, conforme fls. 01, justificando-se as ausências do juiz Antonio Silveira Neto, e juiz Fábio José de Oliveira Araújo, em Correição na comarca de Campina Grande. O Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Primeiro Grau, Des. João Benedito da Silva, agradeceu a presença de todos(as) e passou a palavra para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO. Ela, após apresentação da pauta, salientou a importância da reunião para o Tribunal de Justiça da Paraíba e que essa reunião é feita a cada quadrimestre, onde os Gerentes dos Projetos Estratégicos apresentam como estão seus Projetos e as dificuldades encontradas. Além disso, a Gerente de Pesquisa e Estatística, Renata Grigório também apresenta o panorama dos Indicadores do Planejamento Estratégico para demonstrar como TJPB está em relação à estratégia traçada para o ciclo 2021-2026. Ressaltou que o ponto 2 da pauta, que trata sobre sugestões de melhoria para o desenvolvimento de novos projetos, já foi devidamente trabalho pela GEPRO, momento em que foram identificados os pontos que precisam avançar, bem como os que devem ser excluídos. Solicita a participação de todos(as) os(as) presentes na discussão e aperfeiçoamento colaborativo para o aperfeiçoamento dos Projetos do Tribunal para os anos vindouros. Fala dos Projetos de 2021 e 2022, apresentando a Resolução nº 35/20 e algumas regras, informando que cada Macrodesafio deve ter um Coordenador que obrigatoriamente tem que ser um(a) magistrado(a). Este(a) sugere soluções ou projetos, de modo que o Tribunal aperfeiçoe a sua ação naquela área temática. O(a) magistrado(a) exerce um mandato de dois anos, e por força da Resolução 35/2020 é a Comissão de Gestão Estratégica que tem o papel de acompanhar a execução dos Projetos, requisitar informações e sugerir alterações, dentre outras atribuições. A própria Comissão Estratégica também exerce mandato de dois anos. Enfatiza também a importância de ter fracionado o ciclo de seis anos 2021-2026, para melhor acompanhamento, dividindo em biênios de acordo com cada nova Gestão, com intenção de a cada fim de biênio se trabalhe o Plano de Gestão para os próximos dois anos para que o Presidente que assumirá possa deixar sua marca, mas sem fugir das áreas temáticas em andamento dentro do Planejamento Estratégico. E, também, devido a uma solicitação do Conselho Nacional de Justiça, em ser revisado o Planejamento Estratégico a cada dois anos. Assim, foi pensado esse Plano de Gestão de forma a atender essa questão como encaixar o formatado administrativo do Tribunal de Justiça. Na sequência, Ana Caroline traz algumas problemáticas identificadas pela GEPRO e equipe de como acontece e pode vir a ser um ponto forte, ou fraco: • Não houve um filtro das iniciativas propostas, apenas priorização. (observa-se um equívoco, um ponto fraco, em alguns projetos que podem ser identificados como diagnóstico. Levando em consideração, os esforços e toda movimentação em algo que po-

deria ter sido tratado de forma mais pontual);

- O Gerente do Projeto pode ser o Coordenador do Macrodesafio ou outra pessoa indicada, havendo indicações aleatórias (também enxerga-se um ponto fraco, por muitas vezes juízes sobrecarregados, ou com pouca afinidade com o Macrodesafio, deixam a desejar no engajamento com o Projeto ou situações como ser escolhido como Gerente do Projeto alguém fora do âmbito do judiciário);
- Muitas ações alinhadas ao Planejamento Estratégico (PE), mas acontecendo por fora da GEPRO e em paralelo (outro ponto observado são ações que estão alinhadas com o Planejamento mas não passam pela GEPRO, vão direto para Presidência e são executadas, não almejando uma concentração, mas que esteja alinhado ao Planejamento e que sejam seguidas as recomendações do CNJ porque aquilo que não passa pela GEPRO não fica sendo de conhecimento do CNJ, precisando ter uma comunicação mais alinhada);
- Planejamento e documentação efetivos, mas sem aferição inicial de custos (ressaltou o salto do TJ no ranking da transparência, mas enfatiza que não pontuamos mais por não publicar no painel de projetos o valor do orçamento inicial. Como não vem sendo um problema impeditivo, nunca houve preocupação com esse orçamento inicial. Porém, na inspeção do CNJ passou a ser avaliado, sendo um ponto que precisa de adequação;
- Falta de iniciativa para acompanhamento das tarefas (outro ponto indicado, que muitas vezes o(a) juiz(a) escolhido para ser Gerente do Projeto está com muitas atribuições e acaba só se alinhando mais ao Projeto quando está perto da realização da reunião da ERA;
- Demandas à DITEC, que é sempre priorizada por ela;
- Painel de Projetos com o portfólio de todos os registros para futuras solicitações externas ou relatórios.

Apresentou um panorama geral:

- 31 projetos no portfólio original
- 2 acrescentados
- 10 concluídos
- Previsão de mais 4 até o final do ano
- 2 absorvidos pela execução de outros
- 2 realizados paralelamente sem apoio da GEPRO
- 4 que seguirão em andamento para 2023

Apresentou sugestões de melhoria:

- Correlacionar os Macrodesafios às Metas Nacionais e escolher o(a) melhor(a) magistrado(a) para manter alinhado à estratégia daquela temática;
- Escolher os Chefes de setores como Gerente de Projetos;
- Solicitar aos setores quais são as iniciativas alinhadas ao PE para catalogar no painel;
- Estabelecer fluxo junto à administração para o desenvolvimento de novas ideia para que a GEPRO se torne uma parte importante no desenvolvimento e planejamento dessa ideia e que possa documentar e catalogar no painel;
- Realizar filtro das ideias surgidas de modo a aprová-las, rejeitá-las ou aperfeiçoá-las no ambiente da Comissão de Gestão Estratégica.

Após o término da apresentação, Ana Caroline facultou a palavra aos membros, tendo Ney Robson dito que os Projetos que surgem ao lado do PE, em sua quase totalidade desembocam na DITEC. Porém, além disso, a DITEC tem outros projetos, o que sobrecarrega o setor. Apesar da prioridade aos projetos do Planejamento e CNJ, Resoluções são atendidas no período estabelecido, mas nem sempre da melhor maneira. Dentro dessa ideia, seria ideal que os Projetos que cheguem na DITEC estejam alinhados ao Planejamento Estratégico da instituição ou do CNJ. Ele corrobora com a ideia trazida por Ana Caroline, quando dá essa sugestão. Sobre o Parque Tecnológico, só conseguiram devido a muitos esforços da Gestão para a aquisição dos computadores, mas ainda faltam os monitores e, por isso, Ney acha que o prazo do Parque Tecnológico também deve ser elastecido e entrar na próxima Gestão. Izabel disse que os Projetos deveriam estar alinhados ao Orçamento, pois é um dos fatores de não pontuarmos nessa quantificação. Por isso acha interessante quantificar as despesas quanto ao Projetos, saber o orçamento inicial e quanto o Tribunal dispõe para tal. Ressalta também a importância do Plano Plurianual (PPA) estar alinhado ao Planejamento Estratégico, pois atualmente está desconexo e, para o ano de 2023, seria bom alinhar os dois, repensando a data de construção dos Projetos, para que se adequem às Leis Orçamentárias também, ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante do exposto por Izabel, Ana Caroline perguntou se em relação aos Projetos que continuarão em andamento, podem ainda ser objeto de estudo para essa adequação, tendo Izabel dito que sim e lembrou que o Orçamento já está sendo construído. Com a palavra, o Des. João falou sobre essa adequação dos Projetos com as Leis Orçamentárias, e questionou Izabel se ainda teria tempo para essa adaptação, tendo Izabel respondido que os prazos já estão encerrando, e seria inviável, mas que para o próximo ano já pode ser pensado, antes mesmo da construção do Orçamento. Ele enfatizou a quantificação que é necessária ter sobre esses Projetos, por uma questão de organização dos custos para melhor execução, e acrescentou que mais a frente deveria saber os custos de cada Unidade judiciária também. Izabel destacou a importância de refletir os Projetos no PPA. Ana Caroline disse que precisa aperfeiçoar mesmo e pensar na melhor forma, mas que alguns Projetos, como Alternação Eletrônica, nem sempre é necessário ter uma rubrica dentro do Orçamento. Às vezes, o Projeto é muito pontual, e de pouco custo. Ela questiona sobre rubrica, e se as horas extras saem da mesma rubrica que fala sobre o Projeto, tendo Izabel respondido que sim. O Des. João Perguntou sobre a abrangência do PArque Tecnológico, tendo Dr. Euler respondido que é trocar basicamente 95% dos computadores, monitores, teclados, mouses e também trocar os scanners. Ney completou dizendo que teve que fazer uma renovação também da área de Data Center e, em 2012, já se via a necessidade de renovar o Parque num percentual de 25% a cada ano. Izabel explicou que essas despesas são entendidas como despesas de capital, um ativo incorporado ao patrimônio do Tribunal. Dr. Euler disse que a Renovação do Parque Tecnológico deve ter uma constância de 20% anual, na atual Gestão houve grande andamento, mas ainda faltam os monitores, por exemplo, e um dos setores que mais sofrem com problemas é o da GECON. Ana Caroline finaliza dizendo que terá que ser pensado no PPA, assim que mudar a Gestão e tiver os novos Coordenadores dos Macrodesafios, a fim de conseguir ajustar e aperfeiçoar a execução dos Projetos, havendo essa comunicação com as novas ideias e tudo muito ligado às discussões trazidas por Izabel, bem como sugeriu uma data para uma reunião com ela e, após, trazer o resultado para análise por esta Comissão. Des. João

mencionou sobre a necessidade de envolver também a Desembargadora Graça nas discussões das Metas, por ela já estar envolvida com elas e Ana Caroline sugeriu que o ideal é seguir tocando os Projetos como estão e, a partir da nova Gestão, fazer os ajustes necessários. Também sugeriu que a apresentação dos Indicadores, que seria feita por Renata, pudesse deixar para a reunião ampliada da RAE, juntamente com os Coordenadores dos Macrodesafios, por ser interesse de todos(as). Por fim, o Des. João Benedito encerra a reunião, agradecendo a todos(as).

Encaminhamentos:

1) **Apresentar Indicadores na próxima reunião da RAE;**
2) **Agendar reunião entre GEPRO e DIFIN, a fim de alinhar Projetos e Orçamento**

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau, que presidiu a reunião, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.08.19 10:37:49 -03'00'

Desembargador *João Benedito da Silva*
Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau